

A REATIVAÇÃO DAS DIREITAS RADICAIS NA AMÉRICA LATINA: UM DEBATE CONCEITUAL

Guilherme Cerejo Ribeiro

guilherme.cerejo@hotmail.com

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

V Seminário de Pós-graduação do IFMS – SEMPOG IFMS 2025

Resumo

Resumo. A contemporânea crise internacional das democracias liberais tem suscitado intenso debate nas esferas pública e acadêmica. Esta crise se manifesta de maneira diferenciada entre o Norte e o Sul Global, mas suas raízes são comuns: o novo regime de historicidade do Século XXI sob o capitalismo neoliberal. Neste contexto, há a reativação de alternativas políticas de extrema-direita por todo o planeta que guardam semelhanças e clivagens entre si. Este trabalho se insere no contexto de investigação da experiência salvadorenha atual, sob o comando de Nayib Bukele e tem por objetivo realizar um breve debate sobre o Fascismo e o Populismo enquanto formas de classificação mais comumente utilizadas para descrever estes fenômenos na América Latina, especialmente no debate público. Para realizar a tarefa de avaliar o uso destes conceitos, introduzimos um panorama internacional sistêmico da crise das democracias liberais. Na sequência, apresentamos algumas definições do conceito de populismo e de fascismo clássico, para explorar suas possíveis, porém limitadas, valências na explicação da experiência salvadorenha.

Palavras-Chave. El Salvador, Fascismo, Populismo latino-americano.

Abstract. The contemporary international crisis of liberal democracies has given rise to intense debate in the public and academic spheres. This crisis manifests itself differently between the Global North and South, but its roots are common: the new regime of 21st century historicity under neoliberal capitalism. In this context, there is the reactivation of far-right political alternatives across the planet that have similarities and cleavages between them. This work is inserted in the context of investigation of the current Salvadoran experience, under the command of Nayib Bukele and aims to carry out a brief debate on Fascism and Populism as forms of classification most commonly used to describe these phenomena in Latin America, especially in the public debate. To accomplish the task of evaluating the use of these concepts, we introduce a systemic international overview of the crisis of liberal democracies. Next, we present some definitions of the concept of populism and classical fascism, to explore their possible, yet limited, valences in explaining the Salvadoran experience.

Keywords. *El Salvador, Fascism, Latinamerican populism.*

Resumen. *La crisis internacional contemporánea de las democracias liberales ha dado lugar a un intenso debate en las esferas pública y académica. Esta crisis se manifiesta de manera diferente entre el Norte y el Sur Global, pero sus raíces son comunes: el nuevo régimen de historicidad del siglo XXI bajo el capitalismo neoliberal. En este contexto, se está produciendo la reactivación de alternativas políticas de extrema derecha en todo el planeta que tienen similitudes y clivajes entre sí. Este trabajo se inserta en el contexto de la investigación de la experiencia salvadoreña actual, bajo el mando de Nayib Bukele y tiene como objetivo realizar un breve debate sobre el fascismo y el populismo como formas de clasificación más comúnmente utilizadas para describir estos fenómenos en América Latina, especialmente en el debate público. Para llevar a cabo la tarea de evaluar el uso de estos conceptos, introducimos una visión sistémica internacional de la crisis de las democracias liberales. A continuación, presentamos algunas definiciones del concepto de populismo y fascismo clásico, para explorar sus posibles, a pesar de limitadas, valencias en la explicación de la experiencia salvadoreña.*

Palabras clave: *El Salvador, Fascismo, Populismo latinoamericano.*

Introdução

Desde o encerramento da disputa econômica, bélica, cultural e política entre EUA (Estados Unidos da América) e URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) no final dos anos 1980 e início dos 1990, que encapsula o embate entre o socialismo real e o capitalismo liberal durante a Guerra Fria, foi inaugurada uma ordem global de tipo unipolar, de caráter neoliberal, conduzida centralmente pelos EUA com apoio de uma miríade de aliados interligados no centro do capitalismo, no norte global (Miguel, 2022). A partir do estabelecimento desta ordem, o processo de globalização de tipo neoliberal iniciado no início dos anos 1980 e final dos 1970 se acelera e alcança com força e violência a periferia do sistema - ou sul global - provocando alterações significativas na política, na cultura e na economia dos povos afetados. Estas alterações carregam consigo conteúdo estruturado para fortalecer a posição das classes dominantes frente às classes subalternizadas de seus respectivos países.

Anteriormente ao encerramento da Guerra Fria é possível falar em democracias liberais representativas de tipo social-democrata, que vigoraram principalmente na Europa Ocidental entre 1945 e 1975, conhecidos como "les trentes glorieuses" (Ibid., 2022), ou os trinta anos gloriosos, considerando o contexto do Norte Global. Se considerarmos o restante do mundo neste mesmo período, estaremos diante de ditaduras militares, guerras de descolonização, sucessivos golpes de Estado, concentração de capital, incremento de múltiplas desigualdades sociais e incessantes violações de direitos humanos.

Ainda que as democracias liberais do período da social-democracia fossem, à luz de uma visão crítica marxista, engodos das classes dominantes, seu conteúdo permitiu algum grau de disputa de poder entre as classes, ou seja, de participação popular, seguridade social e melhores condições de vida no geral. As social-democracias foram democracias liberais representativas com alguma presença do Estado enquanto garantidor do bem-estar social, seguridade social e de regulação de mercados. Estas características que garantem a "porosidade" - penetrabilidade - dos Estados aos interesses das classes populares são paulatinamente removidas ou esvaziadas com a instituição da racionalidade neoliberal (Brown, 2019). As estruturas de governança e os poucos mecanismos de regulação à dominação do capital transnacional sobre a esfera política são esterilizados e há erosão das

ferramentas de participação junto ao - muitas vezes precário - arcabouço de seguridade social (Ibid., 2022).

A instituição da democracia liberal como forma de governo desejada, incentivada e, no limite, permitida, é um traço da nova ordem unipolar estadunidense. Aliada a ela caminha mais uma onda de abertura forçada dos mercados, desregulamentação e austeridade, na figura da economia de tipo neoliberal, que teve como lideranças proeminentes Margaret Thatcher no Reino Unido, e Ronald Reagan nos EUA. Acerca do neoliberalismo e de sua gênese, é incontornável mencionarmos a experiência no Chile de Pinochet que, através de uma ditadura, cede o país como laboratório para testes do receituário neoliberal. Na combinação de democracia liberal e economia neoliberal impera a racionalidade neoliberal, que orienta o funcionamento e as características da forma de governo conforme as necessidades da manutenção do novo padrão de acumulação inaugurado com as mudanças advindas da reorganização do modo de reprodução do capital. Portanto o pacto democrático instituído no seio desta formulação é consideravelmente rebaixado com relação ao pacto democrático anterior, no contexto da guerra-fria e do pós-guerra fria.

Já no Século XXI, observamos o aprofundamento e transformação desta ordem e o início de seus sinais de falência ou, ainda, do início de tentativas mais enérgicas de contestação à sua vigência. Como um dos marcos da mais nova crise capitalista, podemos apontar a crise econômica de 2008, que tem desdobramentos múltiplos. A crise capitalista, por conseguinte, acarreta a crise das democracias liberais, que pode ser interpretada como o esgarçamento da relação entre a forma democrática liberal e o sistema de ditadura do capital sob o véu dos processos eleitorais, da liberdade de expressão e do suposto respeito aos direitos humanos. É o resultado objetivo das contradições entre o que é proposto pelo modelo democrático liberal e o que é necessário para a reprodução do modo de produção capitalista em sua fase histórica neoliberal (Traverso, 2019). A raiz desta crise deve ser entendida em seu nível fundamental: a recusa do capital em relação à existência do mínimo de regulação ou mediação democrática sobre o processo de acumulação, resultando em alternativas de poder que abandonam a aparência democrática e revelam a relação intrínseca entre o capitalismo e a opressão de classe.

A crise do modelo democrático-liberal impõe às classes dominantes a necessidade de rearranjos políticos no nível doméstico e internacional para manutenção da dominação de classe. Este processo resulta na reativação de alternativas de extrema-direita tanto no norte quanto no sul global. Podemos observar fenômenos deste tipo em diversos países como nos

EUA (Donald Trump), no Brasil (Jair Bolsonaro), na Argentina (Javier Milei), na Hungria (Victor Orbán), na França (Marine Le Pen), na Alemanha (Alternative für Deutschland ou AfD), El Salvador (Nayib Bukele). Diante deste panorama, surge a questão: como definir experiências tão distintas, mas que compartilham traços comuns?

Devido à diversidade de regiões, países e culturas em que estes fenômenos ascendem - ou reascendem - e pelo caráter de transitoriedade e constante transformação dos movimentos e acontecimentos históricos, este artigo não visa categorizar todas as experiências sob um mesmo termo, mas visa debater conceitos-chave. Nos debruçamos sobre categorias potencialmente úteis para compreender as experiências circunscritas à América Latina, mais especificamente a experiência em El Salvador, sob Nayib Bukele. O objetivo do trabalho é debater os termos, suas histórias, genealogias, limitações e possibilidades explicativas.

Devido à diversidade de contextos histórico-sociais nos quais o fenômeno da direita radical se manifesta, a gama de genealogias políticas das quais cada um deriva e suas associações diferenciadas com o capitalismo, há uma miríade de termos correntemente utilizados para classificá-los. Os mais comuns no debate público atual são: 1) Fascismo, normalmente utilizado por interlocutores das esquerdas e 2) Populismo, normalmente utilizado por interlocutores das direitas ou do “centro”. Ambos os termos possuem problemas de adaptação aos fenômenos atuais, visto que o primeiro nos leva ao debate da circunscrição do fascismo a um período histórico específico do início do século XX e o segundo suscita o debate sobre o rigor científico e metodológico de sua utilização. Estes dois significantes constituem o cerne de nossa análise. Neste artigo serão discutidos aspectos históricos e conceituais do Fascismo Clássico, do Populismo e do Populismo Latinoamericano, com vistas a identificar suas possíveis valências na descrição do fenômeno atual de extrema-direita em El Salvador. É importante esclarecer que neste artigo debateremos apenas as categorias possíveis para nomear o fenômeno salvadoreño, mas não realizaremos grande mergulho no fenômeno em si.

O espectro político da direita radical: definindo um referencial teórico

Na esteira da atual crise das democracias liberais observa-se o crescimento de movimentos de extrema-direita por todo o mundo, boa parte deles personificados em lideranças carismáticas, como é o caso de Bukele, Bolsonaro, Trump, Camacho, Kast, Milei,

Duterte, Meloni, Orban, Le Pen, entre outros. Este artigo não se propõe a explorar todas estas experiências, muito menos defini-las todas em seções. Considerando a extensão da lista e, portanto, a diversidade de fenômenos de extrema-direita surgidos nos últimos anos, especialmente nas Américas e na Europa, propomos discutir alguns conceitos-chave potencialmente úteis para compreender especificamente o nosso objeto de estudo: a atual experiência de extrema-direita em El Salvador, liderada por Nayib Bukele.

A literatura acadêmica que se dedica a estudar este campo do espectro político aponta categorias diversas: conservadorismo reacionário, “populismo” de direita, chauvinismo, nazismo e neonazismo, fascismo, neofascismo, pós-fascismo e outras tantas possibilidades. Frente a tamanha diversidade, torna-se necessário escolher um referencial teórico para enfrentar o desafio de compreensão da extrema-direita contemporânea. Para esta tarefa, Leandro Konder, Enzo Traverso e Arturo Fernández propiciam importante ferramental em seus trabalhos “Introdução ao Fascismo” (1977), “As novas faces do Fascismo, Populismo e da Extrema direita” (2019) e “El Populismo Latinoamericano: realidades y fantasmas” (2006), respectivamente, em que realizam breve compêndio histórico de algumas das formas de categorização dos populismos e dos fascismos, e resgatam aportes conceituais de diversos autores da ciência política, história e sociologia que podem contribuir para a compreensão do fenômeno da direita radical na contemporaneidade. Além destes principais autores, foram consultados diversos autores críticos que em algum momento da produção de suas obras se dedicaram a estudar o fascismo e/ou a extrema-direita e suas ramificações, a exemplo de Aimé Césaire, Luís Felipe Miguel, Gianni Fresu e outros.

A escolha dos autores supracitados parte do pressuposto de que para pensar a política na América Latina, de realidade material tão complexa, precisamos de autores legitimamente latinoamericanos, no sentido de que se proponham a debater as questões da região a partir de uma epistemologia própria e que considerem nosso contexto endógeno, sem ignorar as interseções e atravessamentos do contexto global. Neste sentido, Enzo Traverso, historiador Italiano dedicado ao estudo da história das ideias na Europa pode parecer uma escolha curiosa como ponto de partida, visto que escreve a partir do contexto europeu e se debruça sobre categorias nascidas nesta mesma região. Contudo, há que se considerar que a extrema-direita latinoamericana ao longo da história bebe da fonte da extrema-direita europeia em busca de inspiração e legitimação. Não poderia ser diferente, se levarmos em conta o histórico de colonização européia em nossa região. Se a colonialidade do poder e, mais precisamente, do saber influencia as ideias na América Latina objetivando

a subalternização das classes populares, é lógico que uma expressão latinoamericana da dominação de classe se inspira nas expressões da dominação de classe do centro do capitalismo, de onde emana o poder que ordena as relações de poder das oligarquias latinoamericanas. É seguindo este raciocínio que definimos Enzo Traverso como um bom ponto de partida crítico e Europeu de exploração das categorias possíveis para definição dos fenômenos de extrema-direita. A partir do referencial teórico definido, decidimos explorar três conceitos principais: o Fascismo Clássico, o Populismo ou “os populismos” e o Populismo Latinoamericano.

Fascismo Clássico

No cerne desta investigação sobre possíveis categorias para definir o fenômeno salvadorenho de extrema-direita está a noção de que a extrema-direita latinoamericana, em toda sua diversidade, bebe da fonte da extrema-direita europeia histórica, além de beber da fonte de nossas próprias experiências históricas anteriores. Portanto, faz-se necessária uma revisão sobre a literatura relacionada ao Fascismo Clássico, que inspirou algumas das experiências históricas latinoamericanas, como o Integralismo, no Brasil e, em maior ou menor grau, as ditaduras baseadas na Doutrina de Segurança Nacional. Em “As novas faces do Fascismo, Populismo e da Extrema-direita” - Enzo Traverso (2019) - e “Introdução ao Fascismo” - Leandro Konder (1977) -, acessamos um breve resumo do desenvolvimento da literatura sobre o fascismo ao longo da história e, principalmente, seus capítulos mais “recentes” - considerando o período de 1950 aos anos 2020 -, além de observar termos-chave que surgiram já no século XXI e que acabaram por “acidentar” o terreno do conceito.

O debate acadêmico sobre o fascismo apresenta ao longo da história diversas abordagens e disputas em torno de sua conceitualização. A mais restritiva delas posiciona o fascismo como regime político nascido em terras italianas, que ascende ao poder em 1922 com a liderança de Benito Mussolini e é sepultado na mesma Itália, em 1943. Já as abordagens de maior amplitude posicionam o fascismo como um fenômeno político que se manifesta a partir do mesmo período - o entreguerras - tanto como movimento político quanto regime e que possui características singulares, porém verificáveis em diversos contextos históricos e geográficos, expandindo o conceito para analisar também o nazismo na Alemanha, a República de Vichy na França ou o Franquismo na Espanha. Segundo Traverso (2019), o debate em torno do conceito de fascismo foi dominado durante décadas pela escola conservadora e pela escola marxista e se desenvolveu no seio de ambas, neste constante conflito de interpretações e disputas. A escola conservadora afirma que o fascismo

se trata de uma forma moderna de ditadura, ou seja, um poder autoritário, necessariamente baseado em uma liderança carismática e suas principais características seriam a destruição da separação entre os poderes da república, o Estado de direito, instituições representativas e liberdades constitucionais.

Já a definição adotada neste trabalho para o Fascismo Clássico, da literatura crítica e marxista, interpreta o fascismo como:

[...] uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma “máscara modernizadora”, guiado pela ideologia de pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionais e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antisocialista, anti operário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes a influência junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido [...]. (Konder, 1977, p. 21)

Portanto, significa a radicalização da dominação burguesa sobre a sociedade, uma espécie de contingente emergencial do capitalismo e seus dirigentes em momentos de crise econômica em que as alternativas internas à lógica de funcionamento “permissiva” da democracia liberal seriam insuficientes para conter o avanço das classes dominadas. As burguesias europeias do entreguerras, defrontadas com a ascensão do movimento socialista revolucionário abandonaram a democracia liberal e aderiram ao fascismo para que pudessem permanecer no poder. O Fascismo Clássico, portanto, revela-se em primeira instância, como a “dimensão política da contrarrevolução” (Traverso, 2019). Para compreender o fascismo ou “os fascismos” em sua totalidade, é necessário explorar diversas de suas dimensões, o que resultaria em um trabalho de extensão muito superior à pretendida para este artigo.

Portanto, para nosso objeto, necessitamos somente de uma visão ampla de duas facetas de sua existência: as bases materiais, e os elementos centrais de sua constelação ideológica, ou melhor: o que une experiências políticas tão distintas sob o rótulo de fascistas? Buscando explorar as bases materiais do fenômeno, ou seja, as pré-condições para o seu surgimento, faz-se necessário compreender que as alternativas de tipo fascista, encontram muito mais facilidade de eclodir em países e regiões afetados por a) exacerbada desigualdade e instabilidade social; b) violência endêmica que resulta em sociedades brutalizadas; c) instituições políticas e sociais em decadência ou descrédito frente à população; d) atomização ou individualização da vida social (Konder, 1977). Ou seja, há um determinado

contexto - tanto local quanto global, a nível sistêmico - político, social, econômico e cultural que possibilita que as classes dominantes lancem mão desse tipo de alternativa para exercer seu poder. Já os aportes que definem a constelação ideológica do fascismo possuem como principais características: a) o seu alinhamento de classe “burguês”; b) o autoritarismo; c) o nacionalismo; d) seu caráter socialmente regressivo, reacionário, contra revolucionário e tecnologicamente modernizante. Associados a estes elementos há características ideológicas centrais, sendo a principal delas o pragmatismo radical que orienta o nacionalismo fascista - ou ultranacionalismo -, a figura do inimigo e o caráter de massas do movimento.

A exacerbação e normalização da violência endêmica em determinados contextos acarreta a brutalização da sociedade, constituindo uma das bases fundamentais para a ocorrência do fascismo. Os fascismos do século XX, na Europa, estão intrinsecamente conectados ao colonialismo, ao imperialismo, à I Guerra Mundial e aos quadros sociais de desigualdade social exacerbada (Fresu, 2017), portanto a normalização da violência a partir da I Guerra Mundial e a brutalização de determinados setores da sociedade envolvidos nas guerras coloniais - e nos horrores da dominação colonial de maneira geral - contribuíram sobremaneira para um contexto de normalização da violência, para a aceitação social de níveis elevados de violência. O caldo cultural fervia na direção do capitalismo enquanto sistema, que “jogara os homens uns contra os outros, numa competição desenfreada onde só uma coisa podia contar: o lucro privado.” (Konder, 1977).

As grandes metrópoles capitalistas desenvolvidas ao longo dos séculos XIV e XX eram formadas por populações exacerbadamente individualizadas, solitárias, amedrontadas e desconfiadas de seus pares. O estado de coisas nessas sociedades, principalmente as condições técnicas da produção industrial, aproximaram a população e forçaram sua socialização. Por outro lado, as esferas privadas da vida social eram absolutamente competitivas, o que afastava os indivíduos uns dos outros, atomizando-os, criando as condições para a apropriação da riqueza produzida. Esta “tendência desagregadora” formada pelas condições sistêmicas da vida neste tipo de sociedade reduzia os indivíduos a uma “solidão angustiante” e, estes seres humanos reconhecendo sua fragilidade, passaram a ansiar por integrar-se em “comunidades capazes de prolongá-los, de completá-los.” (Ibid., 1977). Neste cenário de crise, desagregação social e presença constante da violência de no dia a dia da população, há ainda a dimensão do descrédito das instituições formais de governança política, incapazes de solucionar os problemas materiais sofridos pelas classes populares. A justiça burguesa cumpria papel de proteção do capital e controle social. As

instituições democrático-liberais também já não carregavam consigo a legitimidade necessária para a sustentação do regime da democracia liberal. Os opositores deste regime, tanto fascistas quanto socialistas, cumpriam papel central no avanço da degradação da legitimidade das instituições da democracia burguesa (Traverso, 2019).

Neste cenário, as burguesias nacionais viram-se confrontadas com a decadência da dominação liberal-burguesa sobre a sociedade e recorreram ao contingente emergencial pretensamente revolucionário - reacionário - do fascismo para dar continuidade à acumulação de riquezas socialmente produzidas, o que é revelado nas relações econômicas de suporte entre os fascistas italianos e os nazistas alemães com setores importantes do capital financeiro de seus respectivos países (Konder, 1977). O nacionalismo associado ao Fascismo Clássico é diferente de outros nacionalismos, especialmente o nacionalismo periférico, principalmente na dimensão da agressividade e de sua constituição material e de valores. Os valores dos nacionalismos fascistas clássicos estavam normalmente associados à superioridade e supremacia racial, cultural ou econômica de seu povo, mobilizando as categorias de “povo escolhido”, associando-se à religiosidade ou outros aspectos conjunturais úteis. No esforço de constituir um nacionalismo de tipo diferente do socialista - que é primariamente defensivo frente às interferências do capital estrangeiro -, Mussolini chega a classificar a Itália como uma nação proletária (ibid, 1977), no sentido de que sofria com a exploração de um sistema internacional no qual a Itália havia chegado “atrasada” - por não se constituir em império colonial e, portanto, não gozar de igualdade de condições para competir internacionalmente no sistema capitalista.

Esta noção foi utilizada para cunhar a visão de que as classes populares italianas e as classes dominantes italianas sofriam igualmente com a exploração internacional - proletarização - e, portanto, deviam unir-se em prol da luta contra os inimigos externos e internos. Os inimigos internos seriam os socialistas acusados de enfraquecer a Itália internamente em prol dos interesses internacionais exploratórios, forjando, portanto, a absorção do social pelo nacional (Ibid. 1977), modelo replicado por Hitler na Alemanha nazista, baseando-se em autores da Direita alemã, dando características próprias a um construto bastante similar. Segundo Leandro Konder:

O nacionalismo que exprime os sentimentos de um povo explorado pelo capital estrangeiro ou [...] a revolta de um povo contra imposições de outra nação é um nacionalismo essencialmente defensivo: seus valores podem levá-lo a hostilizar circunstancialmente os estrangeiros exploradores, mas ele não se afirma em contraposição à humanidade em geral e não nega os valores das outras nações. A valorização fascista da nação, ao contrário, exatamente porque é inevitavelmente retórica, precisa ser agressiva, precisa recorrer a uma ênfase feroz para disfarçar o

seu vazio e tende a menoscar os valores das outras nações e da humanidade em geral. (Konder, 1977, p. 13)

A captura da revolta das classes populares se deu pela promessa de ganhos sociais, de pertencimento a algo “maior” e de ocupação da posição privilegiada à qual estas nações teriam direito devido à sua superioridade frente aos demais povos. Esta captura conferiu ao Fascismo Clássico seu caráter de massas.

Considerando o exposto, fica claro que o Fascismo Clássico se trata de experiência invariavelmente européia. O fenômeno ocorre no contexto geopolítico europeu dos anos entre guerras, onde se desenrolava a disputa interimperialista entre os estados nacionais da região pelo “direito de colonizar”, em resposta às crises geradas pelo capitalismo. As bases apontadas como fundamentais para a ocorrência do fenômeno - brutalização da sociedade, atomização da sociedade, ascensão de forças populares e crise econômica - podem ser verificadas na América Latina em maior ou menor grau durante alguns momentos históricos durante o Século XX, o que não significa que tenham gerado fenômenos passíveis de ser nomeados como fascistas, visto que o contexto histórico-social, racial, político e geopolítico latinoamericano gera relações de poder diferentes das verificadas no continente Europeu. O contexto regional determina que alternativas de supressão das forças populares, de manutenção da dominação de classe e do padrão de acumulação, se manifestem em fenômenos próprios, ainda que inspirados nos movimentos de mesma função política na Europa. Ainda assim, há características destes movimentos que podem ser verificadas em experiências latinoamericanas, como o nacionalismo, o militarismo, o racismo e o pragmatismo ideológico, especialmente nas ditaduras militares baseadas na Doutrina de Segurança Nacional ou em movimentos como o Integralismo, no Brasil.

O fenômeno liderado por Nayib Bukele em El Salvador se desenrola em contexto histórico e sistêmico diferente do contexto em que surgem os fascismos na Europa ou as ditaduras militares na América Latina. Apesar de conservadas as relações de dependência entre o centro do capitalismo e a periferia do sistema, o processo de expansão da ordem liberal ou neoliberal, coloca outros paradigmas e condições materiais com as quais as alternativas de direita radical atuais precisam lidar. Por exemplo, o paradigma econômico de parte das ditaduras militares latinoamericanas foi de desenvolvimentismo “regressivo”. Atualmente, as expressões de direita radical manifestadas na América Latina são identificadas com uma condução da economia de tipo neoliberal, implementando austeridade, privatizações, desindustrialização, abertura comercial e desmonte do Estado.

Populismo

O conceito de Populismo foi submetido a diversas transformações interpretativas ao longo da história. Do ponto de vista dos defensores do modelo democrático-liberal nos anos 1960 e 1970, categorizados por Arturo Fernández (2006) como uma interpretação Behaviorista acadêmica, o populismo seria “uma deformação histórica e social, baseada na força emotiva e irracional das massas e na habilidade inescrupulosa de um líder demagógico para manipulá-la” (Lambert apud Fernández, 2006). Expandindo as visões sobre o populismo e enxergando o fenômeno como algo múltiplo e diverso, ou seja, não necessariamente negativo ou destrutivo, há interpretações mais próximas da neutralidade, como a visão proposta por Laclau em seu trabalho “A razão populista” (2005), onde o populismo é descrito como uma forma de organização política de conteúdo ideológico variado e que pode surgir em contextos diversos. Visão esta que é, em alguma medida, compartilhada por Enzo Traverso ao descartar o populismo como chave explicativa para os fenômenos de extrema-direita atuais. Traverso alega que o populismo, por se tratar de um “estilo político”, pode ser dobrado à esquerda e à direita e é atualmente utilizado para nomear experiências tão díspares que acaba por não significar nada (Traverso, 2019). Ainda no campo das interpretações “neutras” acerca do Populismo, há a visão do próprio Arturo Fernández (2006), que define o Populismo enquanto um fenômeno latinoamericano, multiclassista, normalmente nacionalista, diverso e pragmático, além de inaugurador da política de massas na América Latina. Neste trabalho trataremos das visões apresentadas por Traverso e a definição de Fernández.

Apesar de usual na contemporaneidade, a categoria “populista” revela-se problemática para situar figuras ou movimentos no espectro político, como concluído por Traverso ao investigar os clássicos da literatura histórica do termo e sua evolução ao longo do tempo. Ocorre que, ainda segundo Traverso (2019), há relativo consenso na historiografia sobre a validade e utilidade do conceito para descrever alguns fenômenos como na América Latina no século XX, na Rússia e nos Estados Unidos da América no século XIX, respectivamente o Peronismo, o Varguismo, o “Populismo Russo” dos Narodniks e o “Populismo americano” do Agrarian People’s Party, mas em última instância, ao escrutinar as interseções entre fenômenos tão distantes, cronológica, ideológica e socioculturalmente, percebe-se que:

[...] o populismo é acima de tudo um estilo político, ao invés de uma ideologia em si. É um procedimento retórico que consiste em exaltar as ‘virtudes’ naturais do povo, opondo-as à Elite [...] de modo a mobilizar as massas contra ‘o sistema’.

Mas podemos observar esta retórica dentre uma grande variedade de lideranças e movimentos políticos. (Traverso, 2019, p. 20, tradução nossa)

Segundo Traverso, ao escrutinar autores como Marco D’Eramo, Federico Finchelstein, Jacques Rancière, Isaiah Berlin, entre outros, o que se extrai da historiografia sobre o populismo é que este é, grosso modo, um “procedimento retórico” de natureza de massas que busca opor “o povo”, enquanto entidade coletiva, às elites. É uma prática diretamente associada ao surgimento da política de massas e que independe de posição no espectro político, é uma ferramenta do fazer político que pode ser apropriada por movimentos diametralmente opostos, décadas distantes entre si e geograficamente espalhados. Deste modo a função do conceito enquanto categoria para situar fenômenos no espectro político, se perde. Há, claro, algumas tentativas de utilização do populismo associado a outros conceitos para guiar o enquadramento e dar substância e rigor à sua utilização, como o que realiza Christian Lynch (2022), ao tratar do movimento liderado por Jair Bolsonaro no Brasil e referir-se a este como um “populismo reacionário”, que direciona o conceito adicionando um segundo significante que posiciona mais claramente a qual “tipo” de populismo se refere.

Não obstante, o conceito de populismo tem seu valor para a sustentação retórica da democracia liberal:

Considerando a ambiguidade e elasticidade do conceito, Marco D’Eramo assinala que ele mais define aqueles que o usam do que aqueles aos quais o conceito é aplicado: é uma ferramenta política útil para estigmatizar oponentes. Constantemente marcar seus adversários políticos como ‘populistas’ antes de tudo revela o desdém que aqueles que bradam o termo têm pelo povo. Quando a ordem neoliberal, com suas políticas de austeridade e suas desigualdades sociais, é estabelecida como a norma, toda a oposição automaticamente se torna ‘populista’. (Traverso, 2019, p. 21, tradução nossa)¹.

Algumas características gerais são comumente atribuídas aos movimentos definidos sob o guarda-chuva do amplo conceito, como: autoritarismo; anti-republicanismo; lideranças carismáticas; desprezo pelo Estado de Direito; a homogeneização ou idealização da categoria “povo”; retórica demagógica, o que possibilita o enquadramento de quase qualquer experiência de contestação à democracia liberal ou ao neoliberalismo no conceito. Mantendo-nos em exemplos apenas da última década do século XXI, o populismo foi frequentemente utilizado para descrever Hugo Chávez e Nicolás Maduro, Donald Trump, Lula, Jair Bolsonaro, Evo Morales e o próprio Nayib Bukele - parte de nosso objeto de estudo - figuras pertencentes a movimentos e arcabouços ideológicos radicalmente distintos entre si, além de derivarem de genealogias políticas diversas, demonstrando a inadequação do

conceito para situar experiências políticas no espectro, seja do ponto de vista acadêmico ou comunicacional.

Assim como o conceito de totalitarismo aproxima as categorias de fascismo e comunismo, destacando características superficiais e pouco estruturantes destas formas políticas (Traverso, 2019), o populismo nubla o debate e parte do entendimento de que a régua da história, da filosofia e da política é o liberalismo, o que posicionaria a democracia liberal e o liberalismo como o centro, o equilíbrio, o ponto ótimo do que a humanidade pode produzir em termos de justiça, eficiência, desenvolvimento econômico-social e progresso. Portanto, tudo o que desafia esta forma, encontra-se em inadequação com a “democracia” pois arrisca desequilibrar e destruir o status quo da democracia liberal.

Observando a realidade europeia e as associações normalmente realizadas com o conceito de populismo, seu caráter envolve algum grau de defesa de políticas sociais associadas ao racismo e à xenofobia. O que posiciona o populismo europeu como uma alternativa de contestação à austeridade, de valorização do Estado enquanto motor do desenvolvimento capitalista, de defesa de políticas públicas, do funcionalismo público e do incremento dos salários mínimos, significando um movimento de contestação à globalização neoliberal e as políticas típicas do receituário adotado pela União Europeia, sem abandonar o caráter colonial da política europeia com relação aos outros povos. A partir desta definição tão ampla, é possível incluir uma miríade de políticos e movimentos na mesma categoria, ainda que isso ignore completamente suas diferenças ideológicas, horizontes de futuro e genealogias políticas, englobando desde o Syriza na Grécia e o Podemos na Espanha até o Front National francês ou o AfD Alemão. Portanto, esta utilização e definição do conceito de populismo acaba por nublar as diferenças entre esquerda e direita, que são categorias muito úteis na compreensão de fenômenos da política para serem dispensadas.

Segundo Traverso, até mesmo as tentativas mais rigorosas, cheias de nuances e bem intencionadas de conceitualizar a categoria de “populismo” caem na armadilha de nublar o espectro político. A formalização do conceito implica na definição de características como a) autoritarismo; b) nacionalismo radical, entendido como “religião política”; c) liderança carismática; d) rejeição do pluralismo e do Estado de Direito; e) visão monolítica e homogeneizante do “povo”; f) retórica demagógica; e outras características generalizantes que podem ser verificadas à esquerda e à direita no espectro das alternativas de contestação à ordem neoliberal.

Ao abordar o populismo latinoamericano - em sentido amplo -, Traverso realiza importante ressalva com relação às diferenças deste com o “populismo” verificado na Europa. Utilizando o exemplo de Chávez, na Venezuela, Traverso afirma que o populismo na região da América Latina está normalmente associado às alternativas de distribuição de riqueza e de “inclusão dos normalmente excluídos” (Traverso, 2019), ao passo que o populismo nacionalista europeu seria uma espécie de “revolta dos incluídos”. Ainda, o populismo latinoamericano seria tão açodadamente condenado por veículos tradicionais da mídia “ocidental, pois sua vocação é primariamente social, além de ser a forma mais consistente de resistência e contestação à globalização neoliberal. Esta, por si só, já é uma forma bastante ampla de formalizar o conceito de populismo, como demonstraremos mais à frente a partir da leitura de Arturo Fernández sobre o conceito.

Em suma, Traverso considera que o conceito de populismo é de formalização e conceitualização difícil devido à diversidade de experiências normalmente associadas à sua utilização. O populismo seria, portanto, um estilo político, mais do que uma ideologia em si e seu uso seria de alternativas de oposição à forma democrático-liberal, revelando o caráter elitista e antipopular de sua utilização por parte do establishment político tanto europeu quanto latinoamericano.

Populismo Latinoamericano

A conceitualização do “tipo ideal” de Populismo Latinoamericano realizada por Fernández fica claro o rigor metodológico de ordem histórica, sociológica e econômica com que o autor trata a tarefa de formalizar o conceito e tentar apreendê-lo em sua essência para torná-lo uma categoria explicativa útil. Este esforço confere ao conceito resultante a robustez que Traverso e outros autores afirmam faltar às definições mais corriqueiras do conceito de populismo comumente utilizadas pelos detratores de quaisquer experiências políticas de contestação à ordem liberal ou neoliberal. Por esta razão entendemos que há grande valor em explorar o conceito de populismo latinoamericano mais a fundo e identificar suas congruências e incompatibilidades com a experiência de direita radical em El Salvador no Século XXI.

O conceito de populismo latinoamericano é proposto por Arturo Fernández, em seu trabalho “El Populismo Latinoamericano: realidades y fantasmas” (2006). Fernández apresenta sua concepção de populismo latinoamericano partindo de uma crítica aos enfoques parciais que dominaram os estudos sobre o tema. Segundo o autor, as análises tradicionais

se dividiam em três perspectivas desconectadas: uma que privilegiava a "atitude populista frente ao sistema político", característica dos behavioristas acadêmicos dos anos 1960 e 1970; outra focada no comportamento socioeconômico dos movimentos, típica das correntes desenvolvimentistas latino-americanas; e uma terceira voltada para as relações internacionais e geopolíticas, predominante entre os teóricos críticos da região. Para Fernández, essa fragmentação analítica resultava em compreensões incompletas do fenômeno populista, incapazes de captar sua complexidade. É por isso que ele propõe uma abordagem integrada, construindo o populismo latinoamericano como um "tipo ideal" no sentido weberiano - isto é, um modelo analítico que, embora não corresponda exatamente à realidade empírica, permite apreender suas características essenciais a partir da observação sistemática dos dados históricos e sociais da região.

Para Fernández, o populismo latinoamericano se define como um movimento político que se posiciona nas brechas do desequilíbrio gerado pela governança das oligarquias agrárias primário-exportadoras da América Latina em fricção com o surgimento de classes médias urbanas e oligarquias industriais incipientes. Para além disso, o fenômeno foi um inaugurador da participação das massas na política latinoamericana, ou seja, em maior ou menor grau ocorreu no contexto da eclosão da política de massas na região e inaugurou uma nova fase de concertação política. Estes movimentos estão circunscritos historicamente entre os anos 1930 e 1980 por toda a América Latina, destacando-se, principalmente, a experiência brasileira com o Varguismo, argentina com o Peronismo, peruana com o APRA, boliviana com o MNR e venezuelana com a Ação Democrática. Entre as principais características do populismo latinoamericano, em linhas gerais, estariam a) crítica ao capitalismo sem a finalidade de abolição deste; b) uma ampla aliança de classes e movimentos sociais que conformaria “o povo”; c) certa desconfiança dos partidos políticos preexistentes - ou do próprio sistema político posto; d) presença de líderes fundacionais carismáticos ou com alta capacidade de condução e acomodação de interesses divergentes de classe em seu interior; e) a busca de superação do subdesenvolvimento a partir da iniciativa do Estado;

O autor ainda elenca outras características comuns a todas as experiências populistas analisadas, com a finalidade de definir o tipo ideal do populismo latinoamericano:

Es que respondiendo a la crisis socio-económica de las oligarquías latinoamericanas, los movimientos populistas: a.) fueron un conglomerado social de sectores no oligárquicos-exportadores de materias primas; b.) tendieron a la superación de la dependencia por la puesta en marcha de una industrialización acelerada; c.) buscaron el no alineamiento frente a las potencias hegemónicas

que desarrollaban el neocolonialismo propio de la segunda parte del siglo veinte; d.) conformaron una estructura política donde predominaba el carisma del líder, al cual sucedió el de la organización político-partidaria; e.) trataron de crear un Estado regulador, diferente a los precedentes “Estados oligárquicos”. (Fernández, 2006, p. 24).

A crise socioeconômica citada pelo autor ocorreu de maneiras diferentes nos países da região, mas pode ser reputada a duas principais motivações: pelos efeitos indiretos da segunda guerra na América Latina ou pelas brechas e crises de dominação política das oligarquias mineiras ou agrárias primário-exportadoras. Complementando os aspectos apresentados para finalizar a construção do populismo enquanto tipo ideal e para não correr o risco de definir os movimentos populistas como monolíticos, Fernández avança e define as características metamorfoseantes destas experiências da seguinte maneira:

[...] Pragmáticas, porque su elaboración fue a menudo la obra de hombres de acción quienes enunciaron principios sucintos y adecuados al aquí y ahora. “Sensibles”, porque tuvieron en cuenta las creencias populares y en consecuencia fueron “recibidas” por vastos sectores sociales. Internamente orientadas a los problemas de cada nación en la cual surgieron, sin por ello ignorar el carácter latinoamericano de esas naciones; al contrario el populismo estuvo a la vanguardia de las corrientes de integración latinoamericana. Reformistas, por su proyecto de modificación de las estructuras económicas, sociales y políticas; raramente el populismo devino revolucionario. (Fernández, 2006, p. 25).

Fernández ainda divide os populismos latinoamericanos em subtipos: a) social democrático; b) castrense; c) derivados de revoluções sociais de base agrária. O populismo social democrático tem como características o surgimento a partir de intelectuais das classes médias que atraíram as incipientes classes urbanas em surgimento e eventualmente conquistaram o apoio das oligarquias agrárias, formando uma nova oligarquia contestadora da ordem estabelecida; suas lideranças carismáticas inspiraram-se no modelo social democrático europeu; propuseram programas reformistas mais ou menos avançados e limitados pela constatação de que o movimento não teria forças para levar determinadas mudanças a cabo ou pela própria transformação das estruturas econômicas organizadas pelo próprio movimento; nos anos 30 se conformou com uma linha de política externa anti-imperialista que caminhou para a acomodação com relação à hegemonia estadunidense, buscando renegociar os termos da dependência, além de apresentar maior ou menor grau de anticomunismo. Os expoentes deste tipo de populismo latinoamericano seriam o Aprismo peruano, a Ação Democrática venezuelana, a Liberação Nacional costarriquenha, o movimento Revolucionario na República Dominicana.

O populismo de tipo “castrense” surge nas forças armadas do país beneficiadas pelas reformas a partir do Estado, “ao qual os militares entraram através de um Golpe de Estado” (Fernández, 2006); suas lideranças normalmente surgem do oficialato dos exércitos

nacionais que formavam partidos pouco estruturados, abarcavam extratos de classe diversificados, incluindo oligarquias preteridas pelos governos anteriores; podiam incluir mais facilmente práticas menos conformes com a democracia liberal; organizaram programas reformistas diversos em profundidade, voltados a limitar o poder das oligarquias tradicionais para depois normalizar relações com estas mesmas oligarquias objetivando um governo sustentável ao longo do tempo; em muitos casos, estas experiências chegaram ao fim em processos de “restauração oligárquica” nascidos do interior das próprias forças armadas, também através de golpes de estado; na política externa, foram os populismos mais identificados com o “não alinhamento”, cada um com suas concepções próprias deste modelo e com altas doses de pragmatismo na condução de suas relações exteriores. Exemplos deste populismo são identificados no Varguismo no Brasil, no Peronismo na Argentina, na Guatemala durante o processo revolucionário de 45 a 54, no Panamá, no febrerismo paraguaio, em experiências em El Salvador, Honduras, Equador e Perú nos anos 70, no Chile com Ibañez e na Colômbia com a ANAPO.

Os populismos derivados de revoluções sociais de base agrária tem como ponto de congruência a inclusão da reforma agrária como marco principal de seu programa; ao ascender ao poder, tentaram colocar em marcha um processo de “modernização do país”; foram processos liderados por revoluções sociais violentas levadas a cabo por organizações militarizadas; suas lideranças eram, em sua maioria, civis que se militarizam para derrubar ditaduras e acabaram por formar um partido; sua ideologia foi variada e se adaptou às transformações histórico-sociais domésticas, regionais e globais, pois se tratavam de experiências pragmáticas; Fernández coloca que talvez suas origens fossem social-democratas, mas todas se transformaram em algo diferente ao longo do tempo, citando o Castrismo, que se tornou marxista, o PRI que derivou para um partido nacionalista hegemônico e o Sandinismo que se aproxima do marxismo, mas deriva para a social democracia. Para Fernández, o que realmente marca este tipo de populismo é o seu caráter revolucionário e de ruptura com a ordem social vigente, resultando na inauguração de novos cenários políticos nos países onde se desenrolou e tendo consequências muito variadas entre as experiências.

Por fim, através de dados verificáveis ao longo de sua explanação, Fernández reafirma cinco pontos centrais para terminar de delinear o “tipo ideal” dos populismos latinoamericanos: a) os movimentos populistas surgiram em quase todos os países latinoamericanos a partir de crises oligárquicas; b) eram compostos por bases sociais que

compreendiam amplas alianças de classe instáveis e pouco estruturadas; c) se o carisma do líder não resultou na criação de um partido que conforma os ideais do movimento, a experiência não sobreviveu além da vida de sua liderança; d) todos os movimentos se basearam em ideologias pragmáticas que se adaptaram às mudanças sociais ocorridas e foi esta versatilidade que garantiu a sobrevivência de, segundo Fernández, cerca de metade das experiências que surgiram; e) os partidos populistas ou os movimentos populistas seguiram como possibilidades políticas devido à sua capacidade de adaptação e seu dinamismo tático e estratégico.

Considerações finais

Ao analisar a experiência de direita radical no poder em El Salvador atualmente, os conceitos de populismo latinoamericano e fascismo clássico revelam-se úteis para estabelecer conexões históricas e sistêmicas, mas mostram limitações para explicar plenamente a especificidade do fenômeno liderado por Nayib Bukele. Não obstante, não consideramos inútil ou pouco frutífero o exercício de explorar os conceitos tratados neste trabalho em busca de paralelos para o movimento salvadorenho que se desenrola.

O conceito de fascismo clássico desvela relações importantes ao demonstrar que as condições materiais para a ascensão da extrema-direita salvadorenha guarda semelhanças com contextos históricos anteriores: crise econômica, a necessidade de rearticulação das classes dominantes frente a esta crise, o enfraquecimento das organizações populares, uma sociedade brutalizada pela violência endêmica e um tecido social marcado pela atomização dos indivíduos. Na dimensão ideológica, o paralelo também se mostra pertinente, pois tanto no fascismo histórico quanto no caso salvadorenho observa-se a capacidade de catalisar os anseios das massas populares, todavia para convertê-los em instrumento de manutenção dos interesses oligárquicos locais e internacionais.

Já o conceito de populismo latinoamericano permite identificar certas ressonâncias com a experiência de Bukele, mas apenas quando nos restringimos ao primeiro nível de análise proposto por Fernández - a atitude do movimento frente ao sistema político. Nessa perspectiva limitada, é possível estabelecer comparações com outras experiências regionais de contestação à ordem liberal-democrática. Contudo, quando examinamos os outros níveis de análise (socioeconômico e de relações exteriores), as semelhanças se desfazem, revelando a insuficiência do conceito para dar conta da singularidade do fenômeno salvadorenho contemporâneo. O movimento de Bukele é uma alternativa de contestação ao modelo de

governança democrático liberal, apresenta ideologia pragmática e é fundamentalmente ancorado em sua liderança carismática. Contudo, a aliança multiclassista não se verifica, visto que a relação é, na verdade, de mistificação dos interesses das classes ao invés da acomodação destes interesses, como verificamos no populismo latinoamericano histórico. Bukele galvaniza os anseios das classes populares no que tange ao desejo de diminuição da violência, mas na condução da economia privilegia os interesses das oligarquias agrário exportadoras, do sistema financeiro, do mercado imobiliário e do mercado de seguros (Martínez, 2023). Portanto, não há contestação à ordenação de classes no país, muito menos ao modelo econômico de desenvolvimento dependente como havia nos populismos latinoamericanos. Nas relações exteriores, o governo Bukele não assume um caráter antiimperialista pois, apesar de se afastar dos EUA durante o governo Biden, sempre se manteve automaticamente alinhado aos EUA sob Trump, outro representante da reação do capital à crise da democracia liberal. A condução do Estado apresenta caráter igualmente diferenciado do verificado nos populismos latinoamericanos, visto que se baseia no receituário neoliberal.

Em suma, a experiência de Bukele simula aspectos da tradição populista latinoamericana, mas possui alinhamento de classe fundado nas oligarquias tradicionais desde a gênese, ocorre num contexto histórico e geopolítico do capitalismo completamente diferente, por conseguinte apresenta um conteúdo modernizante do país de tipo diferente do encontrado nos populismos latinoamericanos escrutinados por Fernández pois possui caráter regressivo, apesar de conter um eixo social a nível epidérmico - políticas públicas de combate à pobreza extrema e à fome, calcadas no incremento dos ganhos das oligarquias locais.

Essa análise comparativa demonstra que, embora ambos os conceitos ofereçam ferramentas interpretativas valiosas, nenhum deles é capaz de capturar plenamente a natureza específica do “bukelismo”, sugerindo a necessidade de desenvolver categorias analíticas mais adequadas ao contexto latino-americano do século XXI ou explorar outros fenômenos históricos latinoamericanos em busca de relações mais claras de semelhança. Para estudos futuros, consideraremos a investigação de experiências e conceitos que partam de análises materiais de contextos históricos mais próximos da fase de globalização neoliberal ou de inauguração desta fase histórica, como o Pinochetismo no Chile, o Uribismo na Colômbia ou o Fujimorismo no Perú.

Referências

BROWN, Wendy. **Nas Ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Politeia, 2019.

FERNÁNDEZ, Arturo. **El Populismo latinoamericano: realidades y fantasmas**. Colección, [S. l.], n. 17, p. 13–34, 2017. Disponível em: <https://erevistas.uca.edu.ar/index.php/COLEC/article/view/782>. Acesso em: 04 jul. 2025.

FRESU, Gianni. **Nas Trincheiras do Ocidente: Lições sobre fascismo e antifascismo**. Ponta Grossa: Uepg, 2017.

KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

MARTÍNEZ, Julia Evelin. **Colapso neoliberal en el Sur global: Migración forzada desde Honduras y El Salvador a España en el siglo XXI**. San Salvador: REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, 2023. em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/ZqhctKps9DWw3vjsWGdrDgy/#>. Acesso em: 19 fev. 2024. Disponível

MIGUEL, Luís Felipe. **Democracia na periferia capitalista: Impasses do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

TRAVERSO, Enzo. **The new faces of fascism: populism and the far right**. Nova Iorque: Verso, 2019.